



UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS ATRAVÉS DO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE PODER

Edilza Jacó Bezerra¹
(UFAPE)

(edilzajacobz@gmail.com)

Luiz César Barbosa da Silva²
(UFAPE)

(cesar.barbosa@ufape.edu.br)

1 INTRODUÇÃO

O presente resumo visa analisar como as políticas educacionais no Brasil são influenciadas por interesses econômicos e relações de poder, resultando em desigualdades no acesso à educação de qualidade e emancipatória. A partir de uma breve análise histórica da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da influência neoliberal em sua elaboração e aprovação, busca-se expor como a educação, ao invés de ser um mecanismo de emancipação social, tem sido utilizada favorecendo grupos dominantes e interesses privados. No contexto geral, tais dinâmicas são essenciais para repensar o papel da educação pública e promover uma educação que atenda aos interesses da coletividade, contribuindo para a justiça social e a igualdade de oportunidades.

2 OBJETIVOS

Para tal estudo, temos como objetivo geral, analisar como as políticas educacionais no Brasil estão sendo influenciadas, destacando o impacto dessas relações na formulação e implementação das leis educacionais. Especificamente, explorar o impacto das políticas econômicas neoliberais na educação brasileira;

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

² Docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.



examinar como as políticas públicas educacionais, ao serem moldadas por interesses privados, favorecem as classes dominantes; e discutir as implicações dessas relações de poder no campo da educação num recorte histórico e atual.

3 METODOLOGIA

Nesse sentido, o estudo e metodologia utilizados é a pesquisa bibliográfica, que conforme Amaral (2007), trata-se de uma etapa fundamental em todo trabalho científico que consiste no levantamento, seleção, e fichamento de informações. Ressalta Lakatos e Marconi (2003), que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi escrito, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, o cenário onde a educação é campo de disputa por poder, entre outros, exemplifica-se quando a lei responsável por questões de princípios e fins da educação nacional, a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, segundo Silva (1997, p.25), nasce num contexto marcador da disputa de ideologias antagônicas entre grupos políticos, especialistas e comunidade, onde “Grupos políticos disputavam o controle dos movimentos desencadeados nos diferentes setores da nação. Valores eram previstos e a questão dos direitos humanos ocupava lugar de destaque entre os interesses da época”.

Do final dos anos 1980 até 1996, a tramitação do projeto de lei passou por diversas estratégias de alinhamento com os ideais político-econômicos dos parlamentares. Com o fim do governo militar, a dívida externa do país abriu espaço para organismos financeiros internacionais, que mesmo com os movimentos sociais fortalecidos, fez com que a ordem neoliberal dominasse a economia e a ideologia política. Tal doutrina econômica se enraizou e permanece viva com o discurso de um jogo de mercado que tem como base a lei da liberdade natural de mercado e da livre concorrência, fazendo-se presentes oficialmente no Brasil através de emendas constitucionais, segundo Silva (2007), caracterizando a década de 1990, e presente nos dias atuais.



A Lei de diretrizes de base da Educação Nacional nº 9394/96 evidencia um sentimento de perda, em relação ao projeto coletivo social que ele representava, frente a articulação do poder executivo e legislativo que abriram vazios simbólicos nos artigos primeiramente escritos coletivamente. A exemplo do “[...]ensino livre à iniciativa privada” (Brasil, 1996), no seu artigo 5º, abrindo então caminho para disparidade de acesso à mesma educação de qualidade e igualdade descrita no artigo 3º; tal como a descentralização da responsabilidade do Estado em garantir essa educação, aprovando os sistemas de ensino no artigo 8º:

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se preservou a aparência de um processo democrático na tramitação do projeto de lei, buscou-se uma certa legitimidade social, na medida em que muitos dos elementos do projeto coletivo foram mantidos na versão finalmente aprovada, ainda que alguns dos dispositivos, em suas melhores partes, tenham sido transformados ou eliminados (Silva 2007, p. 28).

Resultado numa lei com texto final esvaziado em função das exigências educacionais e com lacunas que favorecem as classes dominantes e interesses privados.

Os atores envolvidos na formulação de políticas pode-se entender como quem define as políticas educacionais. Normalmente, elas são elaboradas por agentes políticos, como governos e ministérios, mas também são influenciadas por organizações internacionais, empresas privadas, ONGs, etc. Cada um desses grupos tem seus próprios interesses e visões sobre educação, e a disputa por poder e influência afeta diretamente o conteúdo e a forma de implementação dessas políticas.

Enquanto país vigente de uma economia neoliberal, as políticas educacionais nem sempre são neutras; elas refletem os interesses econômicos e ideológicos dos grupos dominantes. Por exemplo, as reformas que enfatizam a privatização da educação ou que colocam a ênfase no desempenho em avaliações podem estar ligadas a uma visão de educação como mercadoria, beneficiando setores empresariais.

A cidade de Garanhuns, no agreste de Pernambuco, recentemente passou por um desses trâmites privados dentro da educação municipal pública. Contratando o Instituto Qualidade de Educação (IQE), conhecido por implementar seus programas de educação diretamente em escolas públicas de todo o país, em parceria com os



setores privado e público, a fim de atuar na recomposição da aprendizagem dos estudantes, e na qualidade dos processos de ensino dos educadores. Na realidade, sendo um programa limitador, alheio à realidade do município e mecanismo de lucro para grandes empresários que se dizem filantropos, mas cobram pelo pacote de metodologia. Dinheiro público que deveria ser direcionado para a melhoria pelo próprio município, pelos professores e comunidade, nas mãos de terceiros.

Segundo Ball (2020), isso evidencia novas formas de governança em “rede” que importam em mudanças nas dinâmicas de (re)formulação das políticas educacionais, mas também “à democracia, a oportunidades sociais e à igualdade, ao significado e à prática da educação” (Idem, 2020, p. 23). Hoje, o modelo adquirido pela prefeitura faz parte legalmente do modelo de ensino fundamental, no que se trata da educação garanhunhense.

No tocante ao cenário em que tais políticas se encontram, Bourdieu (1989) aborda a questão do poder a partir do campo do poder. Considerado por ele como “campo de forças” que define sua estrutura, pelo estado, e relação de forças entre formas de poder ou espécies de capital.

Tendo em comum o fato de possuírem uma quantidade de capital específico (econômico ou cultural especialmente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, afrontam-se em estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de forças (Bourdieu, 1989, p.375).

As Políticas Educacionais encontram-se diretamente ligadas às Relações de Poder posto que, decisões políticas na educação estão atreladas às relações entre diferentes atores sociais. Pode-se ver o impacto das políticas educacionais como forma de perpetuação de uma sociedade de classe, partindo do pressuposto apontado por Marx e Engels (1998) o desenvolvimento da burguesia desenvolve também o proletariado, obrigado a vender seu trabalho para sobreviver e produzir lucro.

Quem formula e fundamenta políticas públicas educacionais, alinha-se ao jogo de interesses, resultando em leis carentes de caráter formativo e crítico. Assim, não proporcionando nos beneficiários a oportunidade de questionar as relações de poder da sociedade capitalista em vigência. Um povo sem consciência social e de classe, está fadado à inércia. Tal inércia, fazem as desigualdades se acentuarem.



As políticas públicas educacionais deveriam promover através delas, uma manutenção social, uma melhoria de qualidade de vida, entretanto, no cenário de poder atual, interesses externos permeiam tais condições. Quando um Estado não exerce esta função, assume um papel de alienação, assim, favorecendo a perpetuação das desigualdades e das relações de poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a educação é um campo de disputa de poder, tais disputas, podem ser encontradas e analisadas através do contexto histórico e político de cada recorte educacional. As leis que foram e são criadas são reflexo desse cenário, influenciadas por atores e ideologias que, quando não discutidas e questionadas, recaem na população, podendo perpetuar as relações de poder já existentes e abrir espaço para novas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> Acesso em: 10 set. 2024
- BALL, Stephen J. **Educação global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. 1ª reimpressão. Ponta Grossa: UEPG, 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **La noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Minuit, 1989.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 08 set. 2024.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo, SP: Atlas 2003.



X SIP

ISSN: 1981-30311

CEDU

X SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A luta pelo direito à educação:
sentidos, políticas e formação docente

29/10 a 01/11/2024
MACEIÓ - ALAGOAS - BRASIL

UFAL

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SILVA, Carmem Sílvia Bissoli da; MACHADO, Lourdes Marcelino (Orgs). **Nova LDB: Trajetória para a cidadania?**. 3 ed. São Paulo: 1998.